Audição Pública sobre Currículos das vias profissionalizantes

Currículos dos cursos profissionais

O tema desta audição é o currículo das vias profissionalizantes.

Ao colocar o enfoque sobre os currículos parece-nos que a questão de fundo é a de saber se os currículos das vias profissionalizantes são adequados. Restringindo o universo de análise passo a referir-me apenas aos cursos profissionais lecionados em escolas secundárias por ser a realidade de que posso falar com conhecimento de causa. Converta-se, por conseguinte a questão em refletir sobre a questão: serão os currículos dos cursos profissionais adequados?

Quando perguntamos se algo é adequado perguntamos pelo fim em vista, isto é, saber se é adequado para alguma coisa, para o quê. Também perguntamos se é adequado para quem.

Comecemos pela primeira questão: o fim em vista

Por muito limitado que seja o universo de referência que tomo, isto é a realidade de ensino profissionalizante que tenho sob mira – a do Agrupamento Monte da Lua, mais especificamente a Escola Secundária de Santa Maria, em Sintra – parece-nos que a experiência que temos tido é a de que o currículo dos cursos profissionais, muito embora possa e deva sofrer atualização nalgumas questões técnicas, tem sido adequado. Tem sido adequado

a) para conclusão do ensino secundário;
b) tem sido adequado para ingresso no mundo do trabalho;
c) tem sido adequado para ingresso no ensino superior e
d) é adequado para responder a uma vocação e formação mais técnica, inteiramente compatível e desejável em certos domínios como as artes do espetáculo, como a formação em saúde, entre outras. Sobre este aspeto que acabo de referir tem havido uma voluntária cegueira. Não há qualquer dúvida que um jovem que pretenda prosseguir estudos em certas áreas sai bem melhor preparado para elas se tiver frequentado um curso profissional do que se tiver frequentado prosseguimento de estudos. A este ponto regressaremos.

Passemos à segunda questão: é adequado para quem.

O ensino profissional tem sido adequado para jovens que

a) pretendam concluir o secundário;
b) pretendam ingressar no mundo do trabalho;
c) pretendam uma aprendizagem mais prática e
d) pretendam aceder a uma formação pós secundária ou superior. Para que não haja dúvidas sobre este último ponto, cito da página da ANQEP: «*os cursos profissionais <u>preparam-te</u> para acederes a formações pós-secundárias ou ao ensino superior, se for essa a tua vontade*»

Não nos parece, partindo destes dados, que haja uma incompatibilidade natural entre o currículo dos cursos profissionais e a possibilidade de ingresso no ensino superior. Não nos parece que se possa inferir que o currículo do ensino profissional não é adequado para o

ensino superior. Pode-se inferir, outrossim, que é inadequado para os exames de acesso ao ensino superior. E não todos. Para ser mais correto, então, diremos que é inadequado, na totalidade dos cursos para pelo menos 1 dos exames de ingresso ao ensino superior, o da disciplina trienal. As disciplinas trienais com exame nacional – e não me refiro ao exame da disciplina de Português dado que carga horária e currículo são semelhantes – as disciplinas trienais com exame nacional são as seguintes: Matemática A, Desenho A e História A, disciplinas lecionadas ao longo de 3 anos letivos nos Cursos de Prosseguimento de Estudos e, como se depreende, de natureza muitíssimo específica para constituírem uma verdadeira opção para os alunos dos Cursos Profissionais que não as têm sequer no seu currículo.

Quer então isto dizer que os currículos dos alunos dos cursos profissionais são menos bons? Essa é a resposta fácil. Parece-nos, a nós e a muitos dos que temos ouvido, que a opção por estes exames em específico é que menos boa.

Por que razão ou razões? Por várias:

Em primeiro lugar, por questões práticas: porque muitos cursos universitários não são dominantemente teóricos. Mais, efetuam seleção de alunos mediante provas práticas exigentes (veja-se cursos como os da Escola Superior de Teatro e Cinema). Os nossos alunos, com vocação nestas áreas, saem melhor preparados de um curso profissional que de um curso de prosseguimento de estudos – não há qualquer dúvida acerca disso. Mais, importantes figuras de topo da atualidade artística, reconhecidos, iniciaram voz, dança, teatro ou canto com a idade com que os nossos alunos entram para o curso profissional, e não precocemente, para conseguirem, aos 15 anos, superar as provas para frequentar um conservatório. Este caso é apenas um exemplo. Mas podemos acrescentar que não se pede a um aluno do prosseguimento de estudos que queira ir, por exemplo, para enfermagem, que revele qualquer capacidade de lidar com pacientes, com doentes terminais, com a morte. Parte-se do princípio de que a adquire e lhe toma gosto. Todavia, isso é pedido a um aluno do profissional; pode ser que o nosso aluno do profissional não consiga tirar 16 a matemática (aliás, dificilmente o fará face ao currículo avaliado pelos exames) mas saberá muito melhor o que quer e se o quer.

Em segundo lugar, por questões de desenvolvimento pessoal: porque os cursos profissionais podem revelar vocações e ambições – e fazem-no. Muitos alunos entram para Cursos Profissionais sem a certeza absoluta (que não a podem ter, sem experiência) de que essa seja a área na qual se revelam bons e que desempenham bem. Quando a adquirem – e se a adquirem – verificam que, afinal, não a deveriam ter experimentado, porque mais ou menos se vêm confinados àquilo que aprenderam, o que parece um contrassenso.

Em terceiro lugar, por questões de princípio: porque o princípio de permeabilidade existente entre cursos é aqui claramente negado. A restritiva especificidade destes exames como chave de acesso à possibilidade de uma formação superior, põe a nu a não equivalência de uma equivalência que estava garantida e legislada;

Poderíamos dizer muito mais mas evitaremos alongar-nos. Frisamos apenas que julgamos ser aspiração partilhada que tenhamos no mundo do trabalho, quer este se inicie no final do 12º ano quer no final de uma carreira académica, os melhores profissionais. E que o mundo técnico e prático não é inimigo do mundo teórico – como a introdução destes exames parece fazer suspeitar.

Finalmente, e por relação à última vez que frequentámos este espaço no qual foram avançadas sugestões de alterar o currículo dos profissionais por forma a responderem a necessidades de adequação aos exames, queria deixar o alerta e a convicção de que não são os currículos dos cursos profissionais que são deficitários (só o serão por relação a um padrão recentemente acrescentado) e que se pode e deve pensar, ou em modos de seleção no ingresso ao ensino superior adequados a públicos diversos, ou em apetrechar as escolas da possibilidade de oferecerem formação complementar para quem pretenda ingressar, ou … algo outro que obedeça simultaneamente aos princípios de equidade e de proporcionalidade, o que manifestamente, não acontece no atual estado de coisas, no que aos cursos profissionais diz respeito (até porque, como sabemos, tais exceções são consagradas nos cursos artísticos especializados como são consagradas nos exames de português língua não materna).

Uma última palavra,

O público dos cursos profissionais. Que público é este?

Só nos poderemos referir aos cursos profissionais que temos na ESSM. Mas deparamos, em cada turma, por exemplo, do 1º ano, com três tipos de alunos:

a) Alunos que, fruto de insucessos experimentados, são orientados para cursos profissionais;
b) Alunos que reaquacionaram o seu percurso escolar e que tendo ingressado inicialmente em Cursos de Prosseguimento de Estudos, alteram as suas opções;
c) Alunos que escolhem, à partida e como 1ª opção, estes cursos, em função do próprio currículo destes cursos, e sem insucesso no seu historial.

Estes 3 públicos coexistem em cada turma, numa representação mais ou menos equitativa, fruto de seleção por que todos passam para ingressar no curso profissional que escolhem. No nosso caso, não entra no curso profissional quem quer.

Muito se ganharia, portanto, em destruir alguns preconceitos relacionados com o público do profissional, preconceitos que vão desde a marginalidade, à facilidade e até ao oportunismo. Tais preconceitos estão mais na própria cultura e crença dominante bem como no estatuto atribuído às vias profissionalizantes, concebidas como currículos alternativos e, consequentemente, parentes pobres do ensino que, nessa qualidade, só podem gerar aprendizagens diminuídas.

Este preconceito, bem alimentado como tem sido por algumas práticas, (que vão desde a tardia autorização de abertura de cursos, em finais de julho, deixando alunos, pais e escolas, num limbo arrasador, à introdução de exames a que já nos referimos, entre outras) tem efeitos perversos, o que é, aliás, típico dos preconceitos, quando de tão generalizado, se infiltra nos alunos, nas escolas, na prática docente bem como nas decisões e nenhuma voz o contraria.

A coordenação dos Cursos Profissionais

Escola Secundária de Santa Maria (Sintra)